

A Verdade como Dissimulação em Nietzsche: Elementos para uma Crítica da Concepção Essencialista de Linguagem

The Truth like Dissimulation in Nietzsche: Elements for a Critique of Essentialist Conception of Language

Átila Brandão Monteiro¹ – Universidade Federal do Ceará

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo expor a análise realizada por Nietzsche em seu escrito de juventude intitulado de *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, onde o filósofo põe em questão os conceitos de “verdade” e “mentira”, procurando mostrar, em um primeiro momento, o vínculo existente entre “verdade”, “impulso à verdade” e “dissimulação”. Para o filósofo alemão, a “verdade” se caracteriza por uma dissimulação, produzida pelo intelecto, servindo ao desejo de autoconservação imposto pelo caráter gregário, com vistas à conservação da espécie humana. O que agrada aos homens na “verdade” são apenas as consequências agradáveis desta, que conservam a vida, de modo que a busca de uma “verdade” ou de um conhecimento puro e sem consequências se tornaria inviável, ou seja, não existe um puro “impulso à verdade”. A linguagem possui o papel principal nesse processo de dissimulação da verdade, pois somos acostumados a identificar discurso e realidade, e a tomar por verdadeiro ou falso um discurso com base na realidade e em função de descrever corretamente ou não o mundo e desta forma somos levados a crer que ambos são da mesma natureza, e é exatamente aqui que o homem se engana e dissimula a “verdade”.

Palavras-chave: Dissimulação, Mentira, Nietzsche, Verdade.

Abstract: This paper aims to expose the analysis carried out by Nietzsche in his youth written titled *On truth and lie in extra-moral sense*, where the philosopher questions the concepts of "truth" and "lie", trying to show in initially, the link between "true", "Push the Truth" and "deception." For the German philosopher, the "truth" is characterized by a dissimulation, produced by the intellect, serving the desire for self, imposed by nature gregarious, with a view to the conservation of the human species. What pleases men in the "truth" is only the pleasant consequences of this, which retain their life, so that the search for a "truth" or a pure knowledge and without consequences would become unviable, ie, there is no a pure "impulse to truth." The language has the lead role in the process of disguising the truth, because we are used to identify discourse and reality, and true or false by making a speech on the reality and function properly or does not describe the world and thus we are led to believe that both are of the same nature, and it is exactly here that the man deceives and dissimulates the "true".

Keywords: Dissimulation; Lie; Nietzsche; Truth.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC / Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Filosofia UFC / e-mail: atilabmonteiro@gmail.com

Introdução

A reflexão sobre a verdade é um tema recorrente no pensamento de Nietzsche e que perpassa toda a sua obra. Das críticas a Sócrates e a racionalidade filosófica clássica às críticas a racionalidade científica moderna, passando pelos questionamentos sobre a consciência e o conceito, todas essas questões possuem em sua base um pensamento que tem a intenção de promover uma crítica global ao conhecimento racional tal como existe desde Sócrates e Platão, e o problema da verdade se encontra no âmago dessas questões.

Seja em *O Nascimento da tragédia*, onde filósofo, ainda sob influência de Schopenhauer e Kant, parte das dicotomias entre aparência e essência, fenômeno e coisa-em-si, representação e vontade, para tematizar a relação entre beleza e verdade; seja em seus escritos de maturidade e no procedimento genealógico, aonde o filósofo irá questionar o valor da própria verdade; é notória a presença desse problema no seu pensamento.

Contudo, a intenção de Nietzsche ao questionar o significado da “verdade”, não é a de estabelecer um conceito rigoroso e sistemático de verdade, de denunciar as ilusões, de superar os obstáculos à realização da racionalidade; pelo contrário, o filósofo alemão pretende criticar a própria ideia de verdade como “valor superior”, como ideal, e, portanto, nesse sentido é uma crítica ao próprio projeto epistemológico.

Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar o escrito de juventude intitulado de *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, onde o filósofo, à diferença de ponderações anteriores (*O Nascimento da Tragédia*), já não se propõe a discorrer a sobre o despertar da tragédia grega. Pelo contrário, tomado por novos interesses, debruça-se sobre as chamadas “ciências da natureza”, detendo-se na leitura de textos como, por exemplo, o de *R.J. Boscovich*², intitulado “*Philosophiae naturalis Theoria*” (Teoria da Filosofia Natural). O filósofo, buscando eliminar preconceitos e intolerâncias, procurava o espírito contido nos **métodos** científicos, acreditando que estes poderiam eliminar as nuvens negras da metafísica que se acumulam em torno do conhecimento, e ainda, na expectativa que, ao questionar a si

² Rudjer Josip Boskovic (em latim, Rogerio Josepho Boscovich) nasceu em Ragusa, atual Dubrovnik, na Croácia, em maio de 1711 e morreu em Milão, em fevereiro de 1778. Foi jesuíta e um dos grandes cientistas do seu tempo, sabendo aliar a sua ciência ao saber universal da tradição humanista europeia. Foi físico, matemático, astrônomo, filósofo, diplomata e poeta

própria, a verdade termine por revelar algo não tão seguro e verdadeiro à sua base, alguma não-verdade como seu “fundamento”.

Assim, na presente obra em que pretendemos analisar, o filósofo põe em questão os conceitos de “verdade” e “mentira”, procurando mostrar, em um primeiro momento, o vínculo existente entre “verdade” e “dissimulação”, bem como do papel do intelecto nesse processo. Em seguida, mostrar que a linguagem possui o papel principal no processo de “dissimulação” da verdade, já que, para o filósofo, desde cedo a filosofia não hesitou em identificar discurso e realidade, ou seja, a julgar verdadeiro ou falso um discurso com base na realidade e em função de descrever corretamente ou não o mundo. Para Nietzsche, por conceber o pensar como uma inequívoca atividade de simbolização enunciativa, a filosofia parece ter sempre dado atenção especial à dimensão apofântica da linguagem, acreditando possuir (ou na possibilidade de possuir) o conhecimento último do mundo.

A suspeita do filósofo é a seguinte: o que ocorreria se a verdade dos enunciados não passasse de um tipo de engano sem o qual o homem não poderia sobreviver? Qual a real relação entre verdade e mentira? Tais questões revelariam o caráter dissimulador do intelecto humano, e com ele a suspeita que entre “pensar” e “dizer” não existe nenhuma identidade. Esse será o fio condutor da nossa análise, pelo qual pretendemos explicitar o pensamento nietzschiano presente nesta obra.

1 O Intelecto como Instrumento de Autoconservação

Para abordar essa questão, o filósofo trilha um caminho não convencional para a tradição filosófica. No intuito de revelar o caráter dissimulador do intelecto, o filósofo se nega a separar o homem da natureza, afirmando que o intelecto é somente um produto desta e não algo superior e separado, como quer o homem. E mais, para o filósofo alemão o intelecto é o instrumento concedido aos seres mais infelizes e frágeis, os humanos, para conservá-los ao menos um minuto na existência em um hipotético “estado de natureza”.

Apenas para satisfazer a necessidade de autoconservação é que o homem forjou e aprimorou o conhecimento, ou seja, desde os primórdios o conhecer está ligado apenas a sobrevivência e autoconservação. Por isso, o intelecto, servindo ao desejo de conservação imposto pelo caráter gregário do homem, prioriza noções que sirvam para a manutenção da

vida em conjunto, e, por esse caminho, seria “obrigado” a produzir falsificações. Desta forma, segundo Nietzsche:

Como um meio para a conservação do indivíduo, o intelecto desenrola suas principais forças na dissimulação; pois esta constitui o meio pelo qual os indivíduos mais fracos, menos vigorosos, conservam-se, como aqueles aos quais é denegado empreender uma luta pela existência com chifres e presas afiadas. No homem, essa arte da dissimulação atinge seu cume: aqui o engano, o adular, mentir e enganar, o falar pelas costas, o representar, o viver em esplendor consentido, o mascaramento, a convenção acobertadora, o fazer drama diante dos outros e de si mesmo, numa palavra, o constante saracotear em torno da chama única da vaidade, constitui a tal ponto a regra e a lei que quase nada é mais incompreensível do que como pôde vir à luz entre os homens um legítimo e puro impulso a verdade (NIETZSCHE, 2007, p. 27-28).

Como se pode ver, é através da dissimulação que o intelecto age na natureza, tendo em vista o desejo de autoconservação imposto pela gregariedade, como única forma de manter sua existência, já que o homem não pode lutar com “chifres e presas” por ela.

Aqui, a “consciência de si” do homem surge sob a pressão da necessidade de comunicação e sociabilidade, de modo que não faria parte, em rigor, da existência do indivíduo enquanto tal, mas somente a partir de sua interação com o meio e com os outros indivíduos que o rodeiam. A esse propósito, vejamos uma importante observação de Scarlet Marton:

O homem dessa época, (como animal) só se reconhece comparando-se a outro homem, de modo que tudo o que ele sabe a propósito de si mesmo é apreendido na relação entre a sua força de ataque e de defesa e a força do outro. Contudo os indivíduos mais fracos, os mais desafortunados, temendo não conseguir subsistir, aperceberam-se da necessidade de encontrar um meio para a sua conservação. Assim começa o desenvolvimento do intelecto humano. Ao tentar desencadear as forças principais do intelecto convergindo-se na dissimulação, esses indivíduos procuram, como o camaleão, contornar uma situação que não poderiam suportar de outro modo. Ocupando-se apenas em manter a existência, privilegiam o instinto de conservação (MARTON, 1978, p. 64).

Tal hipótese implica na aceitação de que, se a consciência de si surge apenas pela necessidade de comunicação e sociabilidade e, por isso, refere-se àquilo que há de comum e trivial nos indivíduos; os recursos que o sujeito dispõe para dar forma e conteúdo ao seu pensamento são pré-formados pela coletividade, de modo que estaríamos condenados a expressar nossos raciocínios sempre com palavras que se acham à disposição de todos.

Desta forma, tudo o que em mim é subjetivo deve adequar-se ao que é comum e partilhado por todos para poder ser expressado e entendido, o que praticamente impossibilita

alguém de poder expressar algo realmente pessoal e subjetivo. As experiências em comum terminam por se sobrepor àquelas que ocorrem com menos frequência na vivência coletiva, de modo que o indivíduo não dispor de outras palavras e não podendo usar aquelas que ele dispõe em outras aplicações, acaba por ser livre apenas para falar e pensar como os outros.

Outra consequência da afirmação de que são as palavras comumente compartilhadas que possibilitam a consciência-de-si (a consciência do próprio sentir e pensar) é a de que aquilo que o homem sente e pensa sobre si mesmo já se encontra condicionado pelas estruturas da linguagem. Para Nietzsche, quando tomamos à risca as palavras, elas nos iludem e, com isso, deixamos de perceber acontecimentos que por elas não podemos assimilar e/ou expressar. Para o filósofo alemão, o pensamento tornado consciente é apenas um produto de um complexo processo psíquico que o perpassa e constitui; ao tentar exprimi-lo (“traduzi-lo”) em palavras e signos de comunicação já estamos inserindo-o em esquemas de simplificação e abstração longamente consolidados pelo hábito e pela necessidade de sociabilidade.

Visto como algo anterior a consciência e ligado as funções orgânicas fundamentais o pensamento adquire um sentido ligado a esfera “infraconscente” que engloba processos vitais cujo sentido último nos escapa. Não havendo uma subjetividade que estabelecesse e determinasse tais processos, estes assumem um significado associado a operações ocultas do corpo, e não mais de uma consciência pensante que, de resto, não passaria de um mero vetor ou instrumento. Nesse sentido, o filósofo afirma:

O que sabe o homem, de fato, sobre si mesmo! [...] Não se lhe emudece a natureza acerca de todas as outras coisas, até mesmo acerca de seu corpo, para bani-lo e trancafiá-lo numa consciência orgulhosa e enganadora, ao largo dos movimentos intestinais, do veloz fluxo das correntes sanguíneas e das complexas vibrações das fibras! Ela jogou fora a chave: e coitada da desastrosa curiosidade que, através de uma fissura, fosse capaz de sair uma vez sequer da câmara da consciência e olhar para baixo, pressentindo que, na indiferença de seu não-saber, o homem repousa sobre o impiedoso, o voraz, o insaciável (NIETZSCHE, 2007, p. 28-29).

Até aqui pudemos ver que, segundo a hipótese nietzschiana, o homem para manter-se na existência precisa viver em sociedade, gregariamente com os outros homens, por necessidade de autoconservação e comodidade. Para isso os homens necessitam de um acordo mútuo de paz, para que a hipotética “guerra de todos contra todos” do estado de natureza desapareça de seu mundo. Desse acordo resultam as primeiras leis da verdade. Fixa-se o que doravante deve ser tido como “verdade” e “mentira”, e tais leis são fornecidas pela legislação da linguagem.

A mentira é concebida como um uso errado (em situações erradas) de designações válidas, como, por exemplo, alguém dizer que é “rico”, quando na verdade a designação “pobre” seria a designação correta. Se alguém se utiliza de mentiras constantemente, de maneira individualista e ainda por cima nociva, então a sociedade não irá confiar mais nele e tratará de excluí-lo. Para o filósofo, mesmo nesse nível, o que os homens odeiam não é o engano, mas as consequências ruins de certos tipos de engano. Da mesma forma o homem não quer a verdade, mas apenas as consequências agradáveis da verdade, que conservam a vida; frente ao puro conhecimento sem consequências ele é indiferente, frente a verdades possivelmente prejudiciais ele se indispõe com hostilidade.

2 O Efeito Dissimulador da Linguagem

Com o intuito de chegar a compreender melhor como a linguagem exerce o efeito dissimulador sobre o que o homem sente e pensa sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor, a partir do que foi analisado, faz-se necessário saber o que são as próprias palavras, e desta forma, segundo Nietzsche, uma palavra é:

De antemão, um estímulo nervoso transposto em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por seu turno, remodelada num som! Segunda metáfora. E, a cada vez, um completo sobressalto de esferas em direção a uma outra totalmente diferente e nova” (NIETZSCHE, 2007, p. 30).

Desta forma, o processo de formação da palavra compõe-se em dois estágios de transposição entre diferentes esferas: no primeiro, um estímulo nervoso ocasionado por alguma sensação ou por operações recônditas do corpo se transpõe em imagem mental, ou seja, de uma esfera material, sensitiva, corpórea (nervos, órgãos) tal estímulo é transposto para uma esfera virtual, imagética, do pensamento. No segundo estágio, tal imagem mental é vertida ou modelada em um som, ou seja, transpõe-se novamente à uma esfera completamente nova e diferente, de modo que estas transposições operam como metáforas, não havendo uma correspondência exata com o estímulo inicial.

A passagem de uma esfera a outra opera sempre com elementos de classes distintas, de sorte que uma correspondência exata entre coisas e palavras só seria possível pela negação da distância que separa a sensação experimentada e o som emitido. O indivíduo, acreditando que

ao pronunciar uma palavra designa algo definido sobre o mundo e as coisas, não presente que se trata, aqui, de domínios desiguais.

A palavra, por ter sido criada apenas para expressar sensações subjetivas, só pode referir-se, desta forma, a relações entre as coisas e nós mesmos, e nunca as próprias coisas “em si”. Segundo o filósofo, ao nos referirmos as coisas, pensamos falar algo certo a respeito delas, como, por exemplo, quando falamos sobre árvores, cores ou animais, quando na verdade possuímos nada mais que metáforas das coisas que não correspondem às “essencialidades” delas.

A formação dos conceitos é um bom exemplo do modo de “atuação” do poder dissimulador da linguagem, pois a palavra torna-se um conceito na medida em que não deve servir para designar uma vivência primordial e singular, mas sim, pelo contrário, é conceito quando deve coadunar inúmeros casos mais ou menos semelhantes, ou seja, nunca iguais quando tomados a risca. Assim, o conceito surge pela igualação do não-igual, segundo Nietzsche:

Tão certo como uma folha nunca é totalmente igual a uma outra, é certo ainda que o conceito de folha é formado por meio de uma arbitrária abstração dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do diferenciável, despertando então a representação, como se na natureza, além das folhas, houvesse algo que fosse “folha”, tal como uma forma primordial de acordo com a qual todas as folhas fossem tecidas (NIETZSCHE, 2007, p. 35-36).

Assim, tomamos o conceito como “causa” de todas as coisas particulares a que ele se refere, ou seja, a folha é a causa das folhas; pelo hábito linguístico generalizamos em conceitos coisas desiguais, e cometemos o equívoco de achar que possuímos (ou que podemos possuir) alguma qualidade oculta, ou essencial das coisas particulares. Falamos de honestidade, por exemplo, denominamos um homem honesto e perguntamos: por que motivo ele agiu hoje de modo tão honesto? E respondemos: em função de sua “honestidade”, mas o que podemos entender por isso? Nada podemos falar sobre o “conceito” de honestidade, ou sobre a “honestidade em si”, a não ser por causa de inúmeros casos semelhantes em que pessoas agiram de modo honesto.

A fim de mostrar os enganos que geraram concepções equivocadas e teorias metafísicas, fruto do hábito linguístico da formação de conceitos, o filósofo alemão pretende nos conduzir à ideia de que, na linguagem, o que vigora não é a “imobilidade de sentido” e nem tampouco uma “estrutura invariável dotada de significação idêntica” (NIETZSCHE, 2007, p. 16), (essencialidades), mas que, a seu ver, a verdade expressa pela linguagem é:

Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível. (NIETZSCHE, 2007, p. 36-37).

Para Nietzsche, a compreensão essencialista da linguagem se mostra, desta forma, uma fonte inesgotável de auto-enganos, pois toma relações e acidentes por substâncias e essências, ou seja, inverte categorias que ela mesma se dedica a criar. Ao substituir coisas por significados, a linguagem nos faz crer que as designações e as coisas se recobrem, inserindo-nos numa ilusão, nos condicionando ao hábito gramatical de interpretar a realidade vendo nela apenas sujeitos e predicados, incitando a postular a necessidade causal de um agente por detrás de toda ação, enquadrando o que os homens pensam e falam nesse padrão causal. Tal concepção impele, segundo o filósofo, a uma negação do caráter processual da existência, do vir-a-ser.

Desta forma, segundo Nietzsche, as verdades que poderíamos obter através das palavras seriam de ordem tautológica, ou seja, através delas o homem reencontraria apenas o que ele próprio já havia inserido nas designações; ou seja, seria apenas um engano ou ofuscamento. A este respeito afirma:

Quando alguém esconde algo detrás de um arbusto, volta a procurá-lo justamente lá onde o escondeu e além de tudo o encontra, não há muito do que se vangloriar nesse procurar e encontrar [...] Se crio a definição de mamífero e, aí então, após inspecionar um camelo, declaro: veja, eis um mamífero, com isso, uma verdade decerto é trazida à plena luz, mas ela possui um valor limitado (NIETZSCHE, 2007, p. 40).

É desta mesma forma que, para o filósofo, ocorre todo o procurar e encontrar da “verdade” no interior do domínio da razão. Nós criamos uma definição e encontramos os correlatos nas coisas e nos seres, ou a criamos a partir deles. Toda designação tida como verdade é apenas uma criação humana, portanto, antropomórfica de ponta a ponta e não contém um único ponto sequer que seja “verdadeiro em si”, efetivo e universalmente válido deixando de lado o homem.

Para o filósofo, é apenas por esquecimento que o homem se deixa acreditar que pelas palavras designa as coisas da forma mais perfeita. A linguagem que foi criada, obviamente, por uma necessidade de comunicação (ou seja, que foi criada por nós), acaba por nos iludir, por nos enganar a respeito de nossas próprias vivências, pensamentos e sensações: somos

dominados por algo que nós mesmos criamos, e desta forma, damos início a uma série de equívocos a respeito do mundo e das coisas.

Acreditamos possuir o conhecimento sobre o mundo e sobre os seres que nele habitam, como se pudéssemos possuir a essencialidade deles; sustentamos a crença de que racionalmente podemos atingir a verdade última das coisas, a explicação última de todo o universo; quando na verdade obtemos apenas interpretações antropomórficas e metafóricas de tudo o que se passa, tanto no mundo quando em nós mesmos. A nossa consciência, que é também um subproduto advindo da necessidade de comunicação – ou seja, condicionada pela linguagem – nos faz crer, pelo hábito da gramática, em relações de “causa e efeito” para aonde quer que olhemos, principalmente a nossos próprios afetos, pensamentos e sentimentos.

Considerações Finais

Podemos concluir, com o filósofo, que é impossível conceber uma verdade que esteja para além das designações humanas, já que fomos nós que as criamos para facilitar a nossa vivência e para satisfazer as nossas necessidades. A linguagem, obviamente, não é de si danosa ao homem, pois ela é um veículo privilegiado de expressão de pensamentos e absolutamente necessária para a convivência em grupo. O problema está nesse esquecimento da condição da verdade enquanto uma metáfora, ou seja, na tendência do homem de substancializar a linguagem de modo a torná-la um veículo do conhecimento essencial e último das coisas, de tomar uma palavra como uma designação universal de uma coisa, ao invés de considerá-la apenas como metáfora antropomórfica de relações subjetivas entre nós e as coisas.

Estas conclusões implicam em aceitar que todo o nosso conhecimento sobre o mundo não passa de mera interpretação, que mesmo na ciência – que herda da linguagem a potência de criação de conceitos – o que temos são apenas denominações e designações instituídas por nós às coisas, ou seja, não possuímos e nem podemos possuir o conhecimento exato sobre a essência de alguma coisa no mundo.

Referências

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1999.

MARTON, Scarlet. Por uma genealogia da verdade. *Revista Discurso*. São Paulo: USP, nº 9, p. 63-80, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*. (Org. e Trad. Fernando de Moraes Barros). São Paulo: Hedra, 2007.

Submetido em: 26/07/2012

Aceito em: 05/11/2012